

O que não é engraçado

O GLOBO

JACQUELINE PITANGUY

15 JUN 1988

Referindo-se à futura Constituição de nosso país, diz o Senador da República Roberto Campos que "há bastante tempo secou, sob o peso dos anos, seu ovário satírico".

Apesar do inusitado desta peculiaridade genética, devo concordar com o Senador: sem dúvida, seus ovários secaram! O amplo recurso à ironia não tornou engraçado o artigo "Elas gostam de apanhar", por ele publicado na "Folha de São Paulo" em 2.6.88.

Não consegui rir quando o Senador reproduziu o diálogo que teria tido com o teatrólogo Nelson Rodrigues, neste teor: "Nelson, você acredita mesmo que as mulheres gostam de apanhar?" "Não Roberto, nem todas gostam de apanhar, só as normais." Diálogo que suscita o contraponto "Eles gostam de bater..."

Nem todos, naturalmente, Senador. Somente os "normais". Aqueles que têm sensibilidade e desejam mudanças no relacionamento entre o masculino e o feminino não gostam. Nem os que discutem, com as mulheres, os objetivos últimos, em função dos quais toda a organização social

está montada. Esses homens querem, como nós, um basta para uma ordem social pensada e posta para a neurose, a agressividade (também doméstica), a destruição.

Não é engraçado, Senador, estarmos aqui falando de bater, apanhar e espancar, para tratar do debate político em torno de algumas disposições constitucionais. Mais precisamente, em torno de disposições relativas à assistência do Estado à família, no sentido de coibir a violência doméstica.

Pertencemos à categoria das chamadas mulheres "normais", daquelas que lutaram para a inclusão deste artigo que reflete, na legislação, as conquistas dos movimentos sociais. Este artigo manifesta, também, compromisso já assumido pelo próprio Estado de combater a violência exercida sobre a mulher no âmbito doméstico, através das 46 Delegacias especializadas de atendimento às vítimas de violência, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e dos 34 Conselhos Estaduais e Municipais da Condição Feminina.

Não se trata, pois, de pretendermos um "Estado brincando de Deus" ou tutelando a família por algum "mecanismo pelo qual uma burocrata apartará as brigas domésticas, impedindo que os pais sejam cruéis nas palmadas ou que os maridos batam nas mulheres"...

A vida social antecipa as leis. As mulheres, através do CNDM, têm lutado movidas pelo desejo de terem assegurado, no texto constitucional, aquelas conquistas que já obtiveram na vida.

Ridicularizar o processo constituinte, tentar reduzir a filigranas os direitos sociais reconhecidos e assegurados até agora, pode ser um recurso de estilo, mas é, sobretudo, uma postura preocupante, quando adotada por um parlamentar, face a este importante momento de nossa história política. O respeito ao pluralismo ideológico, como sabe o nobre Senador, é uma das regras fundamentais da convivência democrática.

Jacqueline Pitanguy é Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
